



**Ata da Audiência Pública sobre o Plano de Trabalho do empreendimento “Modernização da Refinaria Henrique Lage-Revap”, de responsabilidade da Petrobrás S/A, realizada no dia 1º de abril de 2004, Município de São José dos Campos.**

Realizou-se, no dia 1º de abril de 2004, às 14h00, no Prédio da Univap, na Praça Cândido Dias Castejón, nº 116, Centro, São José dos Campos-SP, a Audiência Pública sobre o Plano de Trabalho do empreendimento “Modernização da Refinaria Henrique Lage-Revap”, de responsabilidade da Petrobrás S/A. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, saudava e dava boas-vindas a todos que haviam comparecido: às autoridades do Poder Executivo, aos representantes do Poder Legislativo, de órgãos públicos, de entidades civis e ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da Audiência Pública sobre o Plano de Trabalho do empreendimento “Modernização da Refinaria Henrique Lage-Revap”, de responsabilidade da Petrobrás S/A. Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa de Trabalhos, chamando para dela fazerem parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, o diretor do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, Engº Pedro Stech, e o representante do Consema, escolhido entre os presentes, conselheiro Mauro Wilken. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental, cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre um projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamentos analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário Executivo expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução de audiências públicas. Em seguida, após o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, Pedro Stech, informar em que fase do processo de licenciamento ambiental o projeto se encontrava e de tecer comentários a respeito da importância da participação da comunidade nas audiências públicas, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe técnica responsável pelos estudos ambientais. João Ricardo Barusso Lafraia, Gerente Geral da Revap, informou que o parque industrial da refinaria, que operava na região há 24 anos, apesar de mantida a capacidade média atual de refino de 40 milhões de litros/dia, seria modernizado, implantando-se novos processos para produção de combustíveis, o que proporcionaria ganhos ambientais e melhoria da qualidade de vida da população de São José dos Campos; que, atendendo a exigências do Proconve, que definiu metas de redução gradativa das emissões de poluentes provenientes de veículos automotores, a Revap implementaria um programa de aprimoramento da qualidade dos combustíveis, que previa, além do aproveitamento do gás natural, a substituição da produção de óleo combustível por outros derivados, como a gasolina, o óleo diesel e o GLP, derivados estes que a Petrobrás importava até agora; que o gás natural era um combustível ambientalmente vantajoso para a sociedade e economicamente benéfico para o País, do qual existiam grandes reservas; que essa operação de modernização acarretaria ganhos significativos no que dizia respeito à redução das emissões veiculares, além de possibilitar a maximização no desempenho dos veículos; que o projeto se inseria no planejamento estratégico da Petrobrás, com investimento no período de 2003 a 2009 da ordem de 20 bilhões de reais, mantendo o parque de refino competitivo, atualizado, com um melhor aproveitamento do petróleo nacional. O representante da equipe técnica responsável pelos estudos ambientais, Engº Ricardo Simonsen, depois de apresentar os itens que



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

englobavam o plano de trabalho, ofereceu informações sobre a realização de estudos específicos que comparariam a atual situação com a que se esperava com a implementação do projeto e que esses estudos diziam respeito, entre outros aspectos, ao monitoramento da qualidade do solo e das águas subterrâneas, às emissões atmosféricas, à sua dispersão e ao seu monitoramento e ao gerenciamento de resíduos, e também levariam em conta o histórico do relacionamento da empresa com a comunidade local; que, em relação à alternativa locacional, por se tratar de uma modernização, esse projeto deveria ser implementado na área da Revap; que a modernização se inseria nas metas do Proconve, que era um programa do Governo Federal que visava reduzir as emissões de poluentes por veículos, promovendo o desenvolvimento tecnológico e a adequação dos combustíveis automotivos; que não seria alterado o consumo dos recursos hídricos do Rio Paraíba do Sul autorizado pela outorga concedida pelo DAEE, que permitia a captação de 2000 metros cúbicos por hora e o lançamento de efluentes de até 720 metros cúbicos por hora, previamente tratados na estação de tratamento de despejos industriais-TDI, atendendo-se, assim, aos parâmetros legais. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Sebastião Pereira da Silva, membro do Diretório Municipal do PT, propôs que a Petrobrás fosse mais transparente em relação à implementação desse projeto, que afetará diretamente os moradores do entorno da refinaria, assim como todo o Município de São José dos Campos e região, e criticou o horário e o dia da realização da audiência, que, com certeza, foi o fator responsável pelo não-comparecimento da população; sugeriu, ainda, que a mão-de-obra temporária a ser contratada fosse, posteriormente, aproveitada e que se investisse em sua capacitação. Vera Assis, Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José dos Campos, comentou que este Conselho Municipal solicitara à Secretaria-Executiva do Consema mudança da data ou do horário da audiência, com vistas a contribuir para que a população dela participasse, e, como tal solicitação não foi atendida, propôs que a próxima audiência sobre o EIA/RIMA fosse realizada ou em um sábado, ou em um horário mais adequado à participação popular; que sugeria também que os estudos contemplassem um inventário detalhado das fontes de poluição, especialmente dos poluentes precursores do ozônio, que vinham apresentando no Município ultrapassagens dos padrões, e que a Petrobrás realizasse um trabalho com a população do entorno, esclarecendo-a sobre plano de contingência em caso de acidentes, de modo que as pessoas fossem informadas sobre os riscos envolvidos e os procedimentos adequados em caso de acidentes, como aquele ocorrido na refinaria no último dia 23 de outubro de 2003. O Secretário-Executivo do Consema informou que, no que se referia ao horário, o Consema estava fazendo uma experiência em decorrência de episódios ocorridos no ano passado, quando foram suspensas ou impedidas de se realizarem várias audiências por força de liminares judiciais, que questionavam, entre outros aspectos, o horário de início das audiências, 19 horas, alegando que as pessoas teriam supostamente como chegar às audiências, mas que, em virtude de sua duração, às vezes 5 ou 6 horas, não tinham como voltar para suas residências devido a pouca oferta de transporte público, mas que, de qualquer forma, essa questão seria mais bem avaliada pelo Consema; que, em relação à realização das audiências aos sábados, os EIA/RIMAs davam entrada na SMA sem obedecer uma certa regularidade, ou seja, em determinadas épocas entravam vários processos e, em outras, muito poucos, impossibilitando uma distribuição uniforme que possibilitasse um melhor planejamento do Consema para agendamento das audiências apenas aos sábados, e que um exemplo disso foi verificado em abril, mês em que foi solicitada a realização de cinco audiências públicas, e, em contrapartida, nos meses de janeiro e fevereiro não foi feita nenhuma solicitação. Rosa Miranda, Presidente da Obra Social Santa Clara, comentou que como moradora do Jardim Pararangaba, vizinho da refinaria,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

questionava por que a audiência pública não poderia ser realizada na região onde será executada a obra, o que facilitaria o acesso da comunidade diretamente afetada, e que, em relação à mão-de-obra a ser empregada, questionava se a Petrobrás assumiria o compromisso de qualificá-la, adequando-a as exigências do mercado, sem contudo, angariar custos aos trabalhadores. O Secretário-Executivo esclareceu que, conforme norma da Consema, as audiências públicas devem ser realizadas no Município onde a obra será implantada, na região central, permitindo, desse modo, o acesso de todos os interessados, e que as instalações devem ser amplas e adequadas, comportando, no mínimo, 300 pessoas, mas que de qualquer forma eventualmente isso poderia ser alterado. Marcelo Manara, representante do Centro dos Amigos da Natureza de São José dos Campos, depois de endossar os pedidos formulados para que fossem alterados o local, o horário e o dia de realização das audiências públicas, comentou que o relatório de áreas contaminadas da Cetesb apontava que uma dessas áreas era de propriedade da Petrobrás, motivo pelo qual solicitava que os estudos contemplassem um trabalho complementar, a ser executado por uma empresa especializada e independente, de avaliação ambiental desse terreno; que, em relação ao item 1.8, que tratava dos efluentes líquidos, solicitava fossem incluídos dados sobre o tratamento e a disposição dos efluentes resultantes de operações não-rotineiras, tais como lavagem de caldeiras e limpeza de tanques, e que, no item 8.6, fossem qualificados e quantificados os resíduos gerados em operações como reformas e substituição de refratários; que, no item 8.7, que dizia respeito às emissões atmosféricas, fossem considerados os poluentes: material particulado, Sox, Nox, Co2 e Co, quantificando a capacidade atual, a capacidade plena e aquela capacidade efetivamente licenciada pela Cetesb, através de gráficos que relatassem os dados colhidos desde a implantação da refinaria e aqueles advindos de uma projeção para os próximos 10 anos; que fosse apresentado um quadro dos indicadores ambientais lançados por barril de petróleo processado, de modo a possibilitar uma comparação entre a situação atual e aquela que será criada depois da ampliação do processo produtivo, cujos parâmetros mínimos a serem considerados fossem o consumo de água, o consumo de energia e a geração de Nox, de Sox e de Co2; que os estudos contemplassem programas de resgate de Co2, geração de resíduos sólidos, com detalhamento do tratamento das borras oleosas, da extensão e da locação das áreas ocupadas e da disponibilidade de áreas para tal disposição; que fossem estimadas a geração de refratários e a periodicidade de sua reforma. Maria Benedita Dias Chaves, representante do Fórum em Defesa da Vida, comentou que concordava com a matéria publicada no “Jornal Vale Paraibano”, que classificava a obra como uma ampliação, e não simplesmente como uma modernização, como a Petrobrás queria fazer crer, como o fez, na época da instalação da refinaria, ao divulgar que se tratava apenas de um depósito de combustíveis; que a população estaria preocupada com uma possível contaminação do solo e da água que abastecia os bairros do entorno, pois esta contaminação poderia causar diversas doenças, como câncer e problemas renais, como já havia ocorrido, e que, por esse motivo, solicitava fossem feitos estudos que investigassem tal possibilidade; que fosse monitorada, pela Secretaria Municipal da Saúde, a saúde dos moradores da região leste e identificadas quais providências deveriam ser tomadas para preservar sua saúde; e que a Petrobrás fosse transparente com relação aos reais objetivos do empreendimento. Francisco Conde, representante do Sindicato de Ciência e Tecnologia de São José dos Campos, depois de criticar a explanação feita pelo empreendedor e pelo representante da equipe técnica responsável pelos estudos, pois ofereceu apenas um índice dos tópicos a serem abordados futuramente, sem nenhum conteúdo, declarou que não via sentido em se fazer audiência pública nessa fase do processo de licenciamento e sugeriu que nas próximas audiências fosse distribuído material informativo sobre a obra, o que possibilitaria se



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

conhecer um pouco mais o empreendimento em discussão. O Secretário-Executivo esclareceu que esse tipo de audiência, na qual eram apresentados apenas os tópicos a serem abordados pelo EIA/RIMA, que eram as audiências públicas preliminares, estavam previstas no regimento do Consema, mas que, em virtude de sua questionável eficiência, vinha sendo estudado se seria ou não o caso de deixar de realizá-las. O diretor do Departamento de Avaliação de Impactos Ambientais, Eng<sup>o</sup> Pedro Stech, informou que o objetivo da audiência pública preliminar era apenas discutir o conteúdo do plano de trabalho, ou seja, o que poderá ser abordado pelo EIA/RIMA, para o que contribuiriam as sugestões apresentadas pelos participantes dessa audiência, mas que testemunhava que, efetivamente, elas pouco acrescentavam ao processo, e por este motivo vinham sendo questionadas pelo próprio DAIA. Ailton Laurentino, representante do Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos, reforçou a necessidade de que a Petrobrás agisse com transparência, possibilitando que toda comunidade entendesse com clareza a natureza do empreendimento e suas implicações para o Município e região, e apontou para a necessidade de se dar prioridade à mão-de-obra local quando da contratação dos trabalhadores para a obra, e que igualmente fosse dada prioridade ao aspecto da segurança, evitando-se a ocorrência de acidentes na refinaria. André Miragaia, representante da entidade Vale Verde de São José dos Campos, depois de declarar que considerava desnecessária a realização de audiência pública preliminar, criticou o horário e o dia da realização dessa audiência, por ter tornado inviável a presença de grande parte dos interessados em conhecer o esse projeto, tornou público seu protesto e sua decepção com os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema por não terem indicado nenhum representante das entidades ambientalistas da região do Vale do Paraíba para falarem no segmento que lhes era destinado, sugeriu que o Consema fosse descentralizado e regionalizado, porque as questões afetam diretamente a cada Município deveriam ser discutidas na esfera local, sem a necessidade de os representantes de entidades terem de se deslocar, e questionou se a implementação desse projeto de modernização se daria, efetivamente, na planta atual da refinaria ou se ultrapassaria os limites das instalações atuais. O Secretário-Executivo esclareceu que, de acordo com as normas do Consema, por ocasião das audiências públicas os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema tinham direito a fazer uso da palavra por 30 minutos, tendo para isso de indicar, até o início da audiência, o nome de um de seus representantes, e que, para essa audiência, não foi feita nenhuma indicação, motivo pelo qual essa etapa da audiência não foi realizada; que, com relação à descentralização do Consema, seria encaminhada à Assembleia Legislativa proposta que, regulamentando o Sistema Estadual do Meio Ambiente, tentava dar conta da composição e das atribuições do Conselho, e que esse seria o momento oportuno para se discutir sua descentralização. Professor Moraes declarou sua indignação com relação ao dia e horário da audiência pública, que culminou com a inexpressiva participação da população da zona leste, a mais afetada por esse projeto, propôs que a audiência que examinará o EIA/RIMA desse empreendimento ocorra em data e horário mais apropriados à participação popular, contemplando democraticamente a maioria, uma vez que a democracia se fazia pela soberania popular, e comentou que, até o final da década de 60, São José dos Campos era considerada uma estância de tratamento de tuberculose, mas que, com o passar dos anos, sua qualidade de vida foi-se deteriorando, com a instalação de inúmeras indústrias e rodovias, principalmente por se tratar de uma região de vale, em que, existindo dificuldade para as correntes de ar circularem, é facilitado o acúmulo de poluentes, que encontram dificuldades físicas para se dispersarem na atmosfera, e, em sendo assim, propunha fosse realizada uma pesquisa sistematizada sobre os efeitos que a poluição proveniente das inúmeras fontes existentes no



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Município e em toda região do Vale do Paraíba, que vinham causando doenças na saúde da população e alterações na qualidade de vida dos moradores; comentou, também, que, embora a Petrobrás tenha afirmado que se tratava tão-somente da modernização da refinaria, lembrava que toda modernização conotava uma ampliação, uma vez que as demandas tendem a se ampliar e, em breve, a refinaria teria de produzir mais para suprir este aumento na demanda por combustíveis, e que ninguém deveria se deixar enganar nesse sentido; e que, com base nos estudos do INPE que apontavam que a velocidade média anual de ventos na região não ultrapassava 5.7 km/h, questionava quais seriam os parâmetros, os referenciais, que seriam obedecidos por esse projeto, e que o Brasil, como signatário do “Protocolo de Kioto” deveria preocupar-se em buscar matrizes energéticas menos impactantes, uma vez que a queima de combustíveis fósseis era extremamente nociva à saúde da população e para a qualidade de vida do Planeta, e que fazia um apelo para que a Petrobrás, em caráter emergencial, fosse convertida em empresa de energia. Ricardo Ferraz, representante da Sesbra comentou: que a Sesbra havia solicitado a realização de uma audiência pública na cidade de Jacareí, mas a SMA sequer deu resposta a este pedido, e que tal solicitação devia-se a extensão dos impactos da refinaria, perceptíveis também nos Municípios vizinhos a São José dos Campos; que de acordo com os dados apresentados haverá um aumento na produção de enxofre, que passará de 55 toneladas/dia em 2003 para 140 toneladas/dia em 2009 e como enxofre não dá dinheiro seria preciso fazer uma análise econômica minuciosa do projeto, para que haja honestidade e transparência; que a refinaria estava instalada em uma região totalmente inadequada à dispersão dos poluentes, entre duas serras, com problemas de fenômenos meteorológicos, calmarias excessivas, o que via requerer a elaboração de planos detalhados de evacuação da população em caso de acidentes, porque um efeito dominó de explosões em cadeia de uma empresa deste porte pode provocar a morte de centenas de pessoas, por se tratar de combustíveis altamente inflamáveis e explosivos; que além da apresentação do EIA/RIMA seria necessária a elaboração do zoneamento ecológico-econômico da região, verificando-se as fragilidades e as potencialidades do Vale do Paraíba, possibilitando ou não a instalação de novos empreendimentos; que os dados sobre monitoramento da qualidade do ar feitos pela Petrobrás deveriam ser de conhecimento público, e que o Estado também deveria assumir seu papel de monitorar a qualidade do ar em São José dos Campos e região em diversos pontos de amostragem e não em apenas dois como é feito atualmente; que seria inconcebível que o Vale do Paraíba viesse a receber novos empreendimentos que acarretassem mais emissões de poluentes para atmosfera, devido a sua dificuldade geográfica de dispersão. Wilson Luzia da Silva, Vice-coordenador Diocesano da Pastoral da Sobriedade da Diocese de São José dos Campos destacou a importância de que a Petrobrás fizesse um trabalho de orientação com as crianças e os jovens da região no sentido de prevenção de acidentes na refinaria, e que fosse também melhor detalhada a questão da ampliação, o que seria de fato ampliado e o que seria apenas modernizado, além dos planos de prevenção de acidentes a ser adotado pela Revap, com objetivo de dar segurança a população do entorno. Rogério Lemes de Paiva, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos comentou: que considerava importante a realização de audiência pública preliminar em função de ser mais uma oportunidade para a sociedade oferecer subsídios e conhecer o projeto em sua fase inicial, o que ele poderá significar para a comunidade e para o Município no futuro, sugerindo que no edital de convocação deste tipo de audiência constasse seu objetivo, de forma que as pessoas tivessem conhecimento e pudessem encaminhar suas sugestões sobre os projetos à Secretaria do Meio Ambiente para que tais itens fossem abordados no plano de trabalho, dando oportunidade para toda a sociedade se manifestar; que a modernização implicava em se conhecer



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

seus reais objetivos, mas que devido a planta da refinaria ser antiga evidentemente dava manutenção, e em função do término de sua vida útil os equipamentos se tornaria onerosa demais esta manutenção, sendo então realmente apropriada sua modernização, que geraria uma maior eficiência, aumentando a produção e reduzindo as emissões de poluentes; que fosse contemplado um plano de disposição de resíduos, que abordasse os impactos do aumento na produção; que questionava o que seria feito com a planta atual, se seria ou não desativada e como se dariam os acessos à Revap. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Gilberto Gomes, depois de reconhecer a importância desse evento, que considerava democrático e transparente, comentou igualmente a importância do processo de modernização desse complexo industrial para o Vale do Paraíba e para o País, e uma das razões de sua importância era geração de emprego que ele propiciará, e admitiu que a Revap era criteriosa em relação a seus fornecedores e que se colocava à disposição dessa empresa para que ela continuasse zelando pela qualidade dos seus sistemas de produção, de manutenção e de operação. João Batista da Cunha propôs que a Revap utilizasse, nesse processo de a modernização, a mão-de-obra local qualificada, e declarou que reconhecia o mérito dessa audiência pública, que tinha como objetivo o aperfeiçoamento de um projeto, o que permitia à população fazer sugestões, diferentemente das demais audiências de que havia participado, que dizia respeito a estudos cujos empreendimentos já estavam funcionando, sendo seu único propósito legaliza-los formalmente. Leandro Francisco Gimenez declarou que viera à audiência para manifestar sua indignação com a realização dessa reunião, pelo fato de estarem ausentes os verdadeiros interessados em conhecer e discutir as obras de modernização da Revap, que eram os moradores do entorno da refinaria, e que as ausências se deviam ao fato de a audiência estar sendo realizada às 14 horas, num horário em que essa população, em sua grande maioria, se encontrava trabalhando, e que reiterava a reivindicação dos companheiros que haviam-se manifestado anteriormente de que as audiências públicas a serem realizadas na região leste o fossem em um horário compatível com a participação da população realmente interessada, e que, nessa perspectiva, solicitava fossem revistos os artigos da deliberação que normatizava a realização das audiências, precisamente aqueles que estabeleciam os dias e os horários de sua realização. Ernani José da Rosa declarou que a Petrobrás completava 50 anos e que, há mais ou menos 25 anos, ela publicara um anúncio na revista “Veja” que dizia o seguinte: “Depois de ouvir cobras e lagartos sobre a Petrobrás ouça agora o que ela tem a dizer”; que agora a Petrobrás deveria ouvir o que a comunidade tinha a dizer e que referia-se, precisamente, ao programa de comunicação social constante do EIA, ou seja, que ele fosse efetivamente um programa de interação com a comunidade, porque o projeto não seria bem-sucedido, e sua implementação não seria igualmente bem-sucedida, se não contemplasse a interação com a comunidade de maneira eficaz, pois, se a comunicação for clara e eficaz, ela será pedagógica, irá educar, irá ensinar; e que, portanto, sua proposta era que a comunicação a ser feita por esse projeto com a comunidade o fosse de forma eficaz e transparente. Antonio Dutra, depois de declarar que reiterava os pontos de vista expostos pela senhora Maria Benedita, passou a ler um texto que havia escrito e que dizia o seguinte: “Modernização com prevenção junto com a comunidade. Fazer uma modernização, em primeiro lugar, vamos fazer também uma convenção. Vamos estar juntando as pessoas em primeiro lugar. Fazer uma prevenção, porque, em torno da Petrobrás, a gente entende que realmente existem riscos, vários riscos.” Antonio Carlos Alves Pereira declarou que se preocupava muito com qualidade de vida e que, se a Petrobrás ia gastar um monte de dinheiro para fazer a ampliação, ela deveria cuidar mais do produto que faz, deveria melhorar sua qualidade e utilizar critérios no seu repasse que evitassem o mau uso que dele se faz, pois esse mau uso muito



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

contribuía para incrementar a poluição do ar. Zelita Ramos declarou que, na condição de sindicalista, defendia o trabalhador e, portanto, a qualidade do trabalho e as condições em que ele era realizado; que o trabalhador terceirizado também deveria ser amparado; que prestigiava a intenção da Petrobrás em promover a modernização do processo produtivo e que essa melhoria deveria envolver a prevenção dos trabalhadores, criando condições para que eles fossem mais bem-protegidos, pois só assim o País continuaria se desenvolvendo; que não se podia mais aceitar as privatizações, na perspectiva de que tudo o que era bom vinha de fora, mas, sim, apoiar a empresa brasileira, investindo em nosso País; que era muito grande a crise do desemprego, principalmente entre jovens entre 18 e 25 anos, que se formavam e envelheceriam sem ter a oportunidade de trabalhar, e que, por isso, era muito louvável a atitude da Petrobrás, uma empresa brasileira que estava investindo no Brasil, dando oportunidade a sua juventude, capacitando-a do ponto de vista profissional; que, em relação ao meio ambiente, dever-se-ia fiscalizar as atividades que causavam sua degradação. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Consema. Romildo de Oliveira, representante do Consema, comentou que o Presidente da FIESP, Doutor Horácio Lafer, insistira para que ele participasse dessa audiência, por ser a modernização desse complexo industrial uma aspiração da população de São José dos Campos; que, ao ouvir as informações sobre esse projeto, considerou-o muito interessante, e que a Petrobrás estava certíssima ao empreendê-lo; que, entre 1970 e 1974, quando foi pensada a instalação da Revap, o Brasil importava óleo de vários Países, e eles tinham um determinado perfil, mas que, graças à Petrobrás, a tecnologia brasileira avançou muito e, hoje, o País era auto-suficiente em óleo, mas que, como a planta da Petrobrás não se adaptava à qualidade desse óleo, essa empresa propôs executar uma alteração de modo a adequá-la à refinação do óleo brasileiro; que o projeto previa a retirada do enxofre, que, dele fazendo parte, provocava, como aconteceu até agora, poluição e, em decorrência, uma série de problemas; que, além da redução do uso de enxofre, a implementação desse projeto permitiria o controle de emissões, o que garantiria uma melhoria na qualidade de vida de todos aqueles que viviam no entorno da refinaria, pois seriam eliminados também cerca de 7% do monóxido de carbono que eram atualmente emitidos, além de provocar menor impacto ambiental, na medida em que o combustível que passará a ser consumido pelos automóveis emitirá um volume menor de poluentes; que, por outro lado, não acreditava que esse projeto constituísse uma panacéia, razão por que, mesmo com sua implementação, fazia-se necessário que a sociedade exercesse um certo controle sobre o Estado, e que essa era uma das razões dessa audiência, pois ela tinha a finalidade de perguntar à comunidade se ela sugeriria alguma modificação no projeto e em seu monitoramento, como foi o caso daquela proposta que havia sido feita para que a Petrobrás executasse um certo balizamento no entorno de toda a área, com a utilização de equipamentos que pudessem indicar, de modo a que todos observassem, a direção dos ventos, e, na hipótese da ocorrência de qualquer tipo de acidente, indicassem a todos em que direção deveriam afastar-se; que voltaria para São Paulo contente e tranquilo, sabendo que São José dos Campos queria a refinaria, mas com a garantia de que seu funcionamento se desse com segurança. Passou-se à etapa das réplicas. João Ricardo Barusso Lafraia, representante da Petrobrás, comentou que a posição da empresa era transparente, pois ela tratava os problemas de maneira democrática, cada um em seu espaço, que escutara pacientemente todos que haviam se manifestado, anotara as sugestões feitas e que incluiria algumas delas no EIA/RIMA; que, sem dúvida, esse era um projeto importante para o desenvolvimento do País, que uma das piores fontes de poluição no Brasil hoje era a pobreza, que a Petrobrás era uma empresa brasileira, de brasileiros, e que todos que trabalhavam na Petrobrás labutavam para tornar o País melhor, mas que precisavam do apoio e da confiança dos



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

brasileiros. Ricardo Simonsen, representante da equipe responsável pelos estudos ambientais comentou que se tornou claro que o objetivo dessa audiência era apresentar o escopo daquilo que seria ainda analisando, e não os resultados de estudos concluídos, e, após a apresentação ouvir as sugestões, que foram bastantes e interessantes, que todas elas foram anotadas e que a equipe consultora as analisaria e examinaria sua viabilidade, mas que muitas sugestões diziam respeito a aspectos já contemplados pelo plano de trabalho; que o tema era complexo e o estudo seria muito extenso, e que o DAIA ainda iria manifestar-se; que, posteriormente, daqui a alguns meses uma nova audiência pública seria realizada e, nessa oportunidade, seriam apresentados os resultados obtidos com a análise e a investigação que passaria a ser feita e que esses estudos demonstrarão se esse empreendimento é ambientalmente viável. Mauro Wilken, representante de entidade ambientalista, comentou: 1. a importância de se realizar um levantamento do passivo ambiental causado pela Petrobrás, que englobasse o solo e o ar, até se chegar à formulação de políticas públicas, antes que sejam iniciadas as novas ampliações, pois o que o projeto prevê é uma ampliação do complexo industrial, e não de uma modernização simplesmente; 2. a necessidade de um estudo sobre a capacidade de suporte da região, que analisasse principalmente a qualidade da água e do ar, necessidade esta que não foi referida no EIA, pois, com o aumento da capacidade de produção, ocorrerá, provavelmente, um aumento nas emissões de poluentes; 3. a importância de se elaborar um plano emergencial que contemplasse as medidas a serem adotadas no caso da ocorrência de acidente na empresa; 4. a necessidade de a Petrobrás implantar mais três estações de medição da poluição do ar e das águas - principalmente em virtude da localização do Vale do Paraíba entre duas cadeias de montanha, o que dificulta a dispersão dos poluentes -, e essas estações deverão ser administradas pela Cetesb, o que dará maior confiabilidade e transparência ao monitoramento; 5. a imprecisão da informação divulgada pelo Consema e pela imprensa - o que contestava -, pois se tratava de uma ampliação do complexo industrial, e não tão-somente de uma modernização, como foi divulgado; 6. a necessidade do progresso, como admite a população local, mas ele tem de ocorrer de forma ordenada e transparente. O Secretário-Executivo do Consema, Dr. Germano Seara Filho, depois informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, esclareceu que quem, eventualmente, tivesse ainda qualquer contribuição a oferecer e quisesse agregá-la ao processo, teria o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir da data dessa audiência, para enviá-la à Secretaria Executiva do Consema, através de correspondência registrada ou protocolando-a diretamente nesse setor. Em seguida declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, agradecia a presença de todos e declarava encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretária Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.

PS/ARP